



FORMAÇÃO CONTINUADA: uma experiência na Escola Municipal Zumbi dos Palmares.

Rosivânia Clécia Queiroz Ferreira

Professora da rede municipal de educação de Maceió
rosivaniaqueiroz22@gmail.com

Myrian Gomes da Silva

Professora da rede municipal de educação de Maceió
myriangomes7@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Durante a Pandemia de Covid-19, causada pelo Corona Vírus (SARS-COV-2), os governos estaduais e municipais, em profundas disputas com o governo federal do então presidente Jair Bolsonaro, tomaram diversas medidas que visavam o combate à proliferação do vírus, sobretudo, no que diz respeito ao distanciamento social, medida considerada primordial por médicos do mundo inteiro e nesse contexto as escolas públicas ganharam centralidade.

Em conformidade com tais medidas, em 23 de março de 2020, é oficializado no município de Maceió/AL, o Decreto de nº 8853/2020, tratando de disciplinar providências protetivas, condicionando, em seu Artigo 2º, ponto facultativo presencial para os servidores e empregados dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, por 10 dias, bem como norteava o início do teletrabalho, expressando sua condução no Parágrafo 1º do decreto.

É dentro deste contexto, que Maceió implementa a portaria 4.904/20, instituindo e regulamentando o ensino remoto na capital. A medida visava proteger alunos, professores e todas as pessoas que compõem a escola, impedindo o contato e a circulação destas nas instituições de ensino. Desta forma, as escolas municipais tiveram que construir e se adaptarem a uma nova rotina de trabalho, levando toda a comunidade escolar a buscar alternativas para suprir as novas demandas impostas.

Nesta perspectiva, mais do que nunca era necessário pensar estratégias que possibilitassem não só diminuir as distâncias, impostas pela nova doença, uma vez que quase todos os trabalhadores da unidade escolar estavam isolados em suas casas, tendo que lidar com intensas questões psicológicas e emocionais, lidando, inclusive, com a perda de entes queridos e com o medo iminente da própria morte,



mas também fomentassem debates, discussões e formações que visassem suprir as necessidades oriundas do trabalho remoto ao longo da pandemia.

Sendo assim, a gestão da Escola Municipal Zumbi dos Palmares respaldou-se no parágrafo 2º do Decreto nº 8853/2020 que assegurava às Coordenações e Chefias imediatas fixarem as atividades a serem exercidas naquele período, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, em seu Artigo 62 afirmando que “garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, **no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior ...**” [Grifos nossos] (BRASIL, 1996).

No contexto de distanciamento físico, e buscando mecanismos para garantir a manutenção de nossos laços profissionais e afetivos, a gestão da escola buscou parcerias com professores/as de diferentes Instituições na tentativa de unir a proposição de encontros remotos à reflexão do fazer e agir pedagógicos de forma diferenciada, tendo em vista que essa nova situação causava inúmeras dúvidas, (no mínimo), para a maioria dos docentes. Refletir sobre que estratégias poderíamos adotar trazia alento e a esperança de pautar a educação remota com zelo, sem perder de vista a qualidade da educação pública, imprescindível para quem dela precisa.

É neste ponto que uma questão importante se levanta. Como oferecer formação de qualidade aos docentes, sobretudo, nesse contexto? Como desenvolver discussões que não só supram as necessidades impostas pelo ensino remoto, mas que tragam também um conhecimento reflexivo, dotado de fundamentação, e amparado nas necessidades dos discentes que vivem dentro de um contexto de violência e de extrema miséria?

Apesar de parecer simples tais questões são extremamente complexas e demandam uma série de reflexões. Primeiro, a formação continuada oferecida pelas secretarias de educação nem sempre está conectada às demandas enfrentadas pelos docentes, nem à realidade dos alunos. Segundo, muitas dessas formações são realizadas por pessoas que ou não possuem um nível de aprofundamento importante aos temas abordados ou há muito estão distanciadas da prática de sala aula. Além disso, muitas dessas formações são atravessadas por vínculos mercadológicos e estão conectadas aos interesses dos grupos dominantes economicamente em que



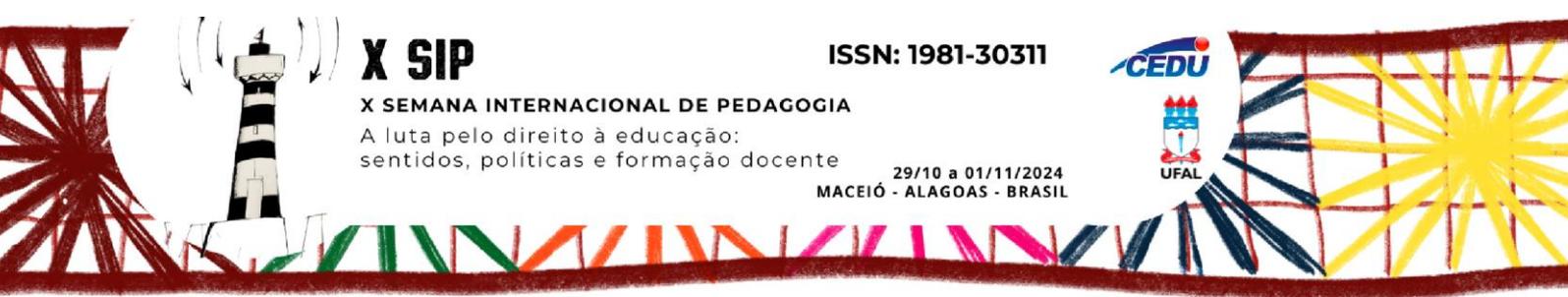
“as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais” (Silva; Gentili, 1999, p. 28).

Foi buscando ouvir os/as professores/as (Nóvoa, 1992) e sanar essas dificuldades que realizamos, na Escola Municipal Zumbi dos Palmares, uma série de formações que tentavam suprir esse conjunto de necessidades. A partir de intensos e prazerosos diálogos com professores de algumas universidades como Universidade Federal de Alagoas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Estadual de Campinas, assim como profissionais de Psicologia, foram se delineando os momentos de encontro distribuídos em três eixos formativos, quais sejam: 1. O Brincar como fonte de aprendizagem e o diálogo sob a perspectiva da Comunicação Não-violenta; 2. Formação como reflexão sobre a Função Social da Escola considerando as demandas educacionais, sociais e tecnológicas e 3. Economia Solidária voltada para estudantes da EJAI, além da participação em encontros viabilizados pela Escola Municipal Dom Helder Câmara voltados para esse público.

Esses encontros trataram de temas caros ao contexto escolar como juventudes e suas sociabilidades, as violências na escola e da escola, avaliação e suas perspectivas e a formação de professores e sua valorização.

2 OBJETIVOS

Este trabalho se propõe a refletir sobre a avaliação dos professores/as da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, considerando a formação continuada ofertada pela gestão da referida escola. Tais formações, realizadas no contexto pandêmico visavam: 1. Atenuar a distância, entre os diversos segmentos que fazem a escola, imposta pela gravidade da situação sanitária; 2. Assegurar os momentos formativos que fazem parte do cotidiano dos docentes, trazendo elementos não muito valorizados pelas políticas de formação ofertadas pelas secretarias de educação tais como: a contextualização do local onde a escola se insere, o público que dela precisa, as necessidades reais de discentes e docentes, tentando resgatar a percepção de que a formação pode e deve ser um ato político, assim como o é a Educação e 3. Reconstruir o diálogo entre Escola e Universidade, compreendendo ambos como loci de construção e prática do Conhecimento.



3 METODOLOGIA

O presente trabalho se assenta numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de formulário do *Google*, enviado para 38 (trinta e oito) docentes da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada na periferia do município de Maceió, AL. Obtivemos um retorno de 35 (trinta e cinco respostas). Nas questões fechadas os/as interlocutores/as poderiam optar por escolher as opções: Muito importante, Importante, Relativamente importante e Nada importante. Tais dados foram analisados para a construção desse texto

Para tanto foram formuladas questões sobre: a faixa etária dos/das professores/as; tempo de atuação na educação; espaços de sua atuação, suas avaliações sobre o papel da formação continuada na formação docente, assim como avaliações sobre as experiências de formação continuada promovidas na escola, naquele contexto, entre outros pontos.

A questão norteadora para o desenvolvimento deste trabalho se deu em torno da avaliação, por parte dos docentes, dos momentos formativos e suas impressões acerca da importância dos temas e discussões. Essa pesquisa teve como público professores/as dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, professor/a de Atendimento Educacional Especializado (AEE), professores/as da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA e coordenação pedagógica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desse trabalho evidenciam uma avaliação satisfatória acerca da proposta de formação continuada para os docentes da E. M. Zumbi dos Palmares, em tempos de pandemia de Covid-19, uma vez que fomentava o encontro entre pares – os docentes, nesse caso - promovia estudos e discussões e oportunizava o reencontro entre escola e universidades.

Desse modo, considerando o perfil desses profissionais, destacamos que 60% têm idade acima de 51 anos, 68,6% atuam há mais de 21 anos na educação, 71,4% estão na escola pública, 57,1% consideram a formação continuada muito importante para a sua atuação e 31,4%, consideram-na importante.



Para 22,9% a responsabilidade da formação continuada é da universidade, 88,6% acredita que as responsáveis por ela são as Secretarias de Educação, 28,6% atribuem à gestão escolar, 22,9%, à coordenação pedagógica e 42,9% afirmaram que o responsável seria o próprio docente. Aqui é importante sinalizar que algumas questões permitiam a escolha de mais de um item, pois objetivávamos observar a avaliação dos/das professores/es.

Considerando a atuação da gestão 97,1% afirmaram que a gestão escolar teve preocupação em promover encontros de formação online durante a pandemia de covid-19, além disso, 94,3% têm a percepção de que a gestão se configura como elemento importante no processo formativo, 60% afirmou que foi muito importante a atuação da gestão (Escola Zumbi) nos processos de formação continuada e 31,4% consideraram importante.

A maioria concorda que as universidades são espaços imprescindíveis para a formação inicial e continuada, sobretudo pela contribuição dada por meio das pesquisas. Elas são vistas como o lugar que permite ao professor ampliar seus horizontes, preenchendo lacunas de sua formação inicial e ofertando um conhecimento mais confiável, menos mercadológico.

Houve ênfase também nas respostas que consideraram as formações promovidas pela Escola, importantes para a resolução de demandas enfrentadas naquele momento. A maioria dos/das participantes deste trabalho compreendeu os objetivos traçados pela proposta da formação e enfatizaram, em alguns casos, o entendimento de que era o momento de estar junto, promovendo interação, discussões e buscando novos Conhecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lima e Moura (2021), “a formação continuada deve ser compreendida como processo, que busca possibilitar a atualização e/ou a construção de novos conhecimentos, e, principalmente, ser compreendida como exercício reflexivo do saber e fazer pedagógico na escola e demais espaços educativos”. Neste sentido, a gestão escolar se coloca como um agente importante na realização, no



acesso à formação continuada de qualidade para os docentes, ainda mais em um contexto difícil como o foi o da pandemia de Covid 19.

Assentindo à defesa acima, a gestão da E. M. Zumbi dos Palmares buscou promover reuniões e formações, por meio de ferramentas disponíveis durante a pandemia. Considerando as avaliações apresentadas pelos/as professores/as pode-se afirmar que tais encontros fomentaram debates ricos e que poderiam ser o marco inicial para futuros projetos de Formação Continuada no espaço escolar compreendendo a afirmação de Nóvoa (1992) de que “é preciso conjugar a “lógica da procura” (definida pelos professores e pelas escolas) com a “lógica da oferta” (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projectos profissionais e organizacionais”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – **Lei nº9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió, 23 mar. 2020. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/maceio>> Acesso em: 21 set. 2024.

LIMA, Francisca das Chagas Silva; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S.L.], p. 242-258, 4 dez. 2021. Universidade Federal do Piauí. <http://dx.doi.org/10.26694/les.v1i1.8242>.

NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. pp. 13-33.

SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. 2. ed. Brasília: Cnte, 1999. 188 p.